

MINISTROS DA AGRICULTURA E DO MAR RESPONDEM ÀS QUESTÕES DA "VIDA ECONÓMICA" SOBRE O NOVO QCA 2021-2027

PAC 2021-2027: "em termos nominais saímos reforçados em 5%"



PÁGS. II-III

PROJETO "VALORMAIS: CRIAÇÃO DE VALOR COM OS SUBPRODUTOS AGRÍCOLAS, AGROALIMENTARES E FLORESTAIS" DIVULGADO EM JUNHO

Centro de Competências dos Frutos Secos quer a indústria a valorizar os subprodutos

PÁGS. IV-V

Destaques

Nestlé lança nova gama de suplementos alimentares infantis

PÁG. VI

Indústria de alimentos para animais queixa-se da falta de matérias-primas

PÁG. VII

Pedido Único de Ajudas 2020 recebeu 182 525 candidaturas

PÁG. VI

Fileira da carne de bovino quer redução dos custos fixos de energia

PÁG. VII

MINISTROS DA AGRICULTURA E DO MAR RESPONDEM ÀS QUESTÕES DA "VIDA ECONÓMICA" SOBRE O NOVO QCA 2021-2027

PAC 2021-2027: "em termos nominais saímos reforçados em 5%"

A ministra da Agricultura e o ministro do Mar estão satisfeitos com o acordo final alcançado na madrugada de 21 de julho pelo Conselho Europeu, após quatro dias de intensas negociações, no que respeita ao Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para 2021-2027. E, concretamente, quanto à dotação da futura Política Agrícola Comum (PAC) e do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP). Maria do Céu Antunes garante que, "em termos nominais, saímos reforçados em 5%". Por seu lado, Ricardo Serrão Santos diz que ainda não pode confirmar "os valores finais", mas assegura que o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) "não sofreu qualquer corte adicional com a última negociação do Conselho Europeu".



Maria do Céu Antunes, ministra da Agricultura



Ricardo Serrão Santos, ministro do Mar.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A União Europeia (UE-27) vai mesmo dispor de um Fundo de Recuperação. Trata-se de um instrumento financeiro inédito, no montante de 750 mil milhões de euros (390 mil milhões em subvenções, a fundo perdido, e 360 mil milhões em empréstimos), para debelar a crise financeira provocada pela pandemia da

Covid-19. Será financiado através da emissão de dívida conjunta da União Europeia e vem juntar-se ao próximo quadro financeiro plurianual (QCA) 2021-27.

Portugal receberá, assim, nos próximos sete anos (2021-2027), 45 mil milhões de euros. Desse envelope, 15,3 mil milhões de euros virão do Fundo de Recuperação e terão a forma de subvenções (verbas a

fundo perdido) e 29,8 mil milhões dizem respeito ao orçamento da União Europeia para o próximo período de programação.

Numa apresentação, a que a "Vida Económica" teve acesso, partilhada pelo Governo mal se soube do envelope final a atribuir a cada Estado-Membro e, especificamente, a Portugal, os números apresentados a preços de 2018 levanta-

ram dúvidas. E dúvidas concretamente no que diz respeito à PAC e aos fundos marítimos e para as pescas.

A "Vida Económica" questionou Maria do Céu Antunes acerca da dotação da PAC, citando os montantes constantes nesse documento, inscritos a preços de 2018. Ai, é comparada a verba da PAC para Portugal entre 2014-2020 (9,511 mi-

CNA: "Quadro Financeiro Plurianual prejudica severamente a agricultura portuguesa"

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) não está satisfeita com o volume de verbas que caberá a Portugal no âmbito da próxima Política Agrícola Comum (PAC).

Em comunicado, e perante o anúncio do acordo alcançado no Conselho Europeu, a 21 de julho, sobre as verbas do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2020-2027, a que se juntam, para o mesmo período, as verbas do Fundo de Recuperação, "a CNA considera que não há qualquer motivo para se respirar de alívio".

Pelo contrário, diz, "adensam-se as preocupações quanto ao futuro da agricultura e da situação económica e social do país" e lembra: "dizer-se que se evitaram males maiores, não faz com que o acordo passe a ser bom".

A CNA considera que, "mesmo incluindo as verbas do Fundo de Recuperação, o financiamento total disponibilizado aos Estados-membros mantém um recuo assinalável relativamente aos seus valores reais no passado".

Concretamente em relação às verbas para a PAC, a CNA é taxativa: "A agricultura foi severamente prejudicada pelo arrastar das negociações do Fundo de Recuperação, tendo perdido metade

da dotação inicial proposta, que era de 15 mil milhões de euros, ficando apenas com 7,5 mil milhões". Isto significa que, "para a agricultura, vai somente 1% das verbas adicionais do Fundo de Recuperação", avisa a Confederação. E a situação ganha uma "gravidade acrescida", tendo em conta "as exigências reforçadas no plano da condicionalidade, clima e biodiversidade que vão ser colocadas aos agricultores".

"Perdas de quase 500 milhões de euros no Pilar I e de mais de 300 milhões no Pilar II"

No caso português, diz a CNA que "a análise dos valores reais (a preços constantes de 2018) revela, afinal, perdas de quase 500 milhões de euros no Pilar I – pagamentos diretos e medidas de mercado (menos 9% do que no quadro anterior) e de mais de 300 milhões no Pilar II – desenvolvimento rural (menos 5%)". Para a CNA não se trata de "vitórias", mas sim de "reduções significativas, das quais nada pode vir de bom".

Por outro lado, "a CNA vê com grande apreensão, no plano mais geral do país, que este pacote de fundos comunitários contemple a possibilidade de aumento da dívida pública". Isto, tendo em conta que "uma fatia importante [dos futuros fundos europeus] virá sob



a forma de empréstimos, somando-se assim a uma dívida já de si asfianta, e em boa parte de legitimidade questionável".

Por essa razão, a CNA "rejeita que a atribuição destes apoios seja associada a novas condicionantes que limitem ainda mais a soberania política e económica do nosso país". Isso, dizem, poderia "colocar em causa funções sociais essenciais para as populações de todo o país e para os territórios rurais em particular".

Ao contrário, a CNA reclama "um programa de medidas específicas para

a Agricultura Familiar e os pequenos e médios agricultores", dizendo que a concretização do Estatuto da Agricultura Familiar é um "instrumento indispensável dessa política". Reclamam ainda "o reforço do Regime da Pequena Agricultura e dos apoios à agricultura em zonas desfavorecidas, à organização da produção dos pequenos e médios agricultores, aos circuitos curtos de distribuição, níveis adequados de apoio ao investimento e a definição de critérios que incluam modulações e plafonamentos para as grandes explorações".

lhões de euros) e a verba para o período 2021-2027 (8,695 milhões de euros), de onde resulta uma redução de 9% (ver tabela).

Perguntámos à ministra da Agricultura se é assim e que consequências vai ter esta redução de 9% nos fundos da PAC para o nosso país, mas Maria do Céu Antunes tratou logo de rebater: "Portugal conseguiu para a PAC não só atingir, como ultrapassar, o seu objetivo negocial de garantir o orçamento do período atual, através do reforço do envelope financeiro para o período 2021-2027 de 446 milhões de euros comparativamente ao período de 2014-2020".

Questionada sobre quanto vai ser afetado ao primeiro e ao segundo pilares, a ministra esclarece: "Estarão disponíveis, a partir de 2021, 9782 milhões de euros de fundos comunitários", distribuídos da seguinte forma: no I pilar da PAC (Pagamentos Diretos e Medidas de mercado), 5509 milhões de euros; no II pilar da PAC (o Desenvolvimento Rural), 42741 milhões de euros". Este montante global da PAC, garante Maria do Céu Antunes, "representa um acréscimo de 5% a preços correntes entre períodos de programação".

Instada a comentar o resultado das negociações, a governante destaca que "o processo negocial permitiu inverter um corte inicial previsto na proposta da Comissão Europeia de junho de 2018 que se cifrava em -15% no Desenvolvimento Rural e um reforço de dois pontos percentuais no caso dos Pagamentos Diretos".

A ministra da Agricultura assegura: "O nosso compromisso era não perder em termos nominais. E, de facto, em termos nominais saímos reforçados em 5%".

"FEAMP não sofreu qualquer corte adicional com a última negociação"

Mal se soube do envelope final a atribuir a cada Estado-Membro, e, especificamente, os números a atribuir a Portugal referentes ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP),

Principais resultados

Coesão tradicional 22,9 mil M€ - aumentando o valor em termos reais do atual período + Outros Instrumentos para a Coesão (Fundo de Transição Justa e Instrumento de Recuperação e Resiliência) 13,2 mil M€ + aumento da dotação específica das RUP 35 M€

Aumento em termos nominais face atual período: Pilar I - Pagamentos diretos + medidas de mercado 4,9 mil M€ e Pilar II -Desenvolvimento rural 3,8 mil M€

Total Instrumentos de Coesão
36,1 mil M€

+

Política Agrícola Comum
8,7 mil M€

+

Pescas e Assuntos Marítimos
0,3 mil M€

Todos os valores a preços de 2018

Federação Agrícola dos Açores "satisfeita com a manutenção das taxas de cofinanciamento"

A decisão do Conselho Europeu de manutenção das atuais taxas de cofinanciamento de 85% para o Fundo de Coesão, as regiões menos desenvolvidas e para as regiões ultraperiféricas (RUP) - geograficamente muito afastadas do continente europeu -, nas quais se incluem os arquipélagos dos Açores e da Madeira, agrada à Federação Agrícola dos Açores.

A estrutura, liderada por Jorge Rita, considera que essa decisão "é o reconhecimento da importância destes territórios na União Europeia e contribui para a coesão económica e social da região".

Em comunicado, a Federação explica que essa "sempre foi uma reivindicação da Federação Agrícola dos Açores, já que, atendendo às especificidades da região, não fazia sentido a proposta inicial de taxa de cofinanciamento de 70% dos



fundos comunitários na região, nomeadamente, do desenvolvimento rural".

Louva, por isso, "o trabalho persistente e contínuo desenvolvido junto das várias instituições da União Europeia,

em sintonia com o Governo dos Açores e com o Governo da República", considerando esta decisão "justa" e que "vem ao encontro das pretensões dos agricultores açorianos".

cujos fundos, no nosso país, são tutelados pelo Ministério do Mar (Programa Operacional MAR 2020), a apresentação do Governo, a preços de 2018, também apontava para uma redução. De 16%, face ao Programa Operacional atualmente em execução.

Questionámos o ministro do Mar sobre a dotação do FEAMP, que, nessa apresentação, passa de 400 milhões de euros no atual QCA para 336 milhões, a preços de 2018.

Tal como Maria do Céu Antunes, Ricar-

do Serrão Santos também rebate. E garante que "o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) não sofreu qualquer corte adicional com a última negociação do Conselho Europeu".

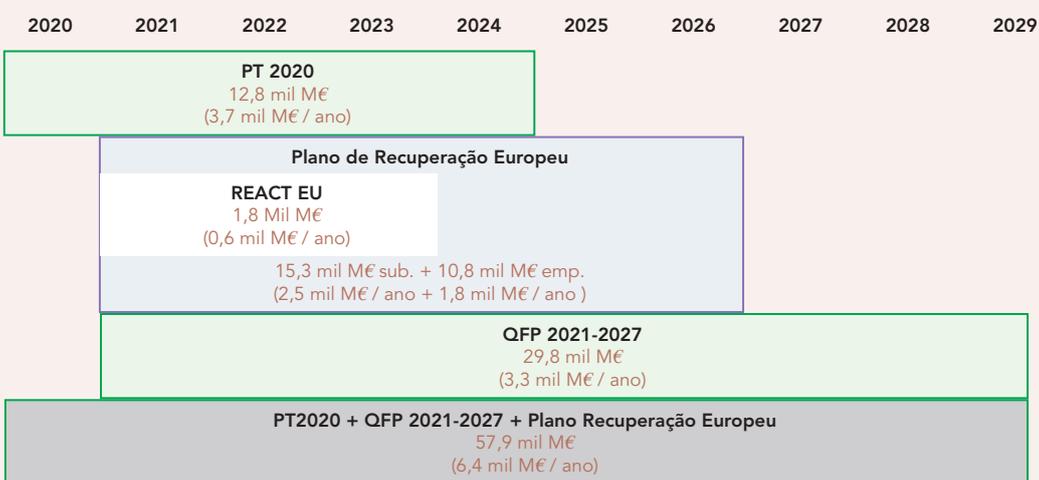
O ministro do Mar acrescenta dizendo que "a redução a que se refere estava já contemplada na proposta inicial que a Comissão apresentou em 2018 e corresponde à diferença entre o montante do FEAMP em curso e o FEAMP 2021-2027".

Sobre a dotação final do FEAMP para

os próximos sete anos, Ricardo Serrão Santos diz que "neste momento não posso confirmar os valores finais, já que ainda aguardamos informação da Comissão sobre os mesmos". "O FEAMP ainda está em trilogos com o Parlamento Europeu, pelo que esta questão ainda se encontra em negociação", acrescentou o governante.

Em todo o caso, o ministro garante que "o FEAMP não saiu prejudicado com a negociação final", pelo que "não podemos falar de qualquer redução".

Fundos europeus em execução nos próximos anos



QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL + PLANO DE RECUPERAÇÃO EUROPEU (COMPROMISSOS) Preços de 2018	2007-2013	2014-2020	2021-27 Total	QFP	NEXT GENERATION	Diferença relativamente a 2014-2020	
	M€	M€	M€	M€		M€	(%)
Total Instrumentos para a Coesão	25,201	22,755	36,054	21,116	14,937	13,299	58%
Coesão tradicional (incluindo REACT EU)	25,201	22,755	22,876	21,029	1,847	121	1%
Outros Instrumentos para a Coesão	0	0	13,177	87	13,090	13,927	
Just Transition Fund (com NEXT GENERATION EU) IRR (subvenções) - NEXT GENERATION EU			0	204	87	204	
			0	12,974		12,974	
PAC	10,761	9,511	8,695	8,366	329	-816	-9%
Pilar I - Pagamentos diretos + Medidas de Mercado	4,901	5,383	4,890	4,890	0	-493	-9%
Desenvolvimento rural (com NEXT GENERATION EU)*	4,756	4,128	3,805	3,476	329	-323	-5%
FEAMP	288	400	336	336		-64	-16%
Total	36,250	32,666	45,085	29,818	15,266	12,419	38%

PROJETO "VALORMAIS: CRIAÇÃO DE VALOR COM OS SUBPRODUTOS AGRÍCOLAS, AGROALIMENTARES E FLORESTAIS" DIVULGADO EM JUNHO

Centro de Competências dos Frutos Secos quer a indústria a valorizar os subprodutos

"Frutos secos: uma aproximação quantitativa à disponibilidade de subprodutos". Este é o título de um estudo publicado em junho pelo Centro Nacional de Competências dos Frutos Secos (CNCFS) no âmbito do projeto "ValorMais: Criação de valor com os subprodutos agrícolas, agroalimentares e florestais". Foi apoiado pela Rede Rural Nacional/ PDR2020 e traça um quadro das principais espécies arvenses neste domínio: amêndoeira, castanheiro, alfarrobeira, nogueira, avela e pistacheira.

Teresa Silveira
teresasilveira@vidaeconomica.pt

"Este estudo resulta do desenvolvimento de um projeto 'Valor+: Criação de valor com os subprodutos agroalimentares e florestais (PDR2020-20.2.4- FEADER-032958)', que visa a valorização dos subprodutos do setor agrícola, agroalimentar e florestal", revela à "Vida Económica" Albino Bento, professor da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança (IPB) e vice-presidente do CNCFS (www.cncfs.pt).

Questionado sobre quanto tempo demorou a sistematizar e a compilar todos os dados, o docente do IPB assume: "Não é fácil responder de forma clara. A equipa que desenvolveu o estudo é multidisciplinar, trabalha há alguns anos na área dos frutos secos e dos produtos bioativos e, como tal, possuía conhecimento e tinha informação relevante que lhe possibilitou o desenvolvimento do estudo de forma mais célere". O trabalho "foi concluído num ano", revela, "mas no mesmo período os membros da equipa tiveram de dar aulas, fazer outras publicações,

trabalhar noutros projetos", entre outras tarefas.

E agora que o estudo está concluído e foi publicado, que objetivos têm?, perguntámos. Albino Bento explica o que está previsto e que passa por "dar a conhecer o mesmo junto dos produtores e possíveis utilizadores dos subprodutos" e "dinamizar a plataforma Valor+".

Para além dos produtores – "onde alguns dos subprodutos ficam de forma mais ou menos dispersa" –, os destinatários e beneficiários deste estudo são "a indústria de transformação de frutos secos, onde os subprodutos estão

Amêndoa



A amêndoa já foi um dos principais produtos de exportação do setor agrícola em Portugal. Contudo, a presença crescente no mercado mundial da amêndoa produzida na Califórnia (a preços muito baixos) e o despovoamento do meio rural, sobretudo a partir de 1970, levou ao progressivo abandono da cultura da amêndoeira e à redução da produção nacional.

O CNCFS assegura, porém, que tem havido "um renovado interesse" nesta cultura. E o aumento do consumo mundial deste fruto seco tem levado a que os preços "se mantenham um pouco mais atrativos que em anos anteriores".

As áreas plantadas "têm aumentado de forma gradual", diz o CNCFS, notando que a produção nacional "ainda reflete mal esse aumento", pelo facto de a maioria dos amendoais ainda não ter entrado em plena produção. Contudo, "é expectável que a tendência de aumento da produção verificada no período de 2016-2017 se mantenha para a próxima década".

De acordo com a última informação de mercados de produtos vegetais referente a 2017 publicada pelo GPP – Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, os frutos secos ocupam uma área de 70 882 hectares, dos quais 50,4% de castanha e 44,4% de amêndoa. Desde 2010 a área de amendoais cresceu 17%. O Norte apresenta, de acordo com o CNCFS, a maior área cultivada de amendoal em Portugal (próxima dos 20 mil hectares). Porém, o Alentejo é a região onde a área plantada mais tem crescido, embora seja em Trás-os-Montes que se registe "o maior dinamismo no comércio de árvores para plantação".

No Alentejo, onde a área plantada tem "aumentado muito nos últimos anos, sobretudo na forma de plantações de alta densidade", desconhece-se o número de árvores vendidas, "talvez porque a maioria das plantações seja efetuada por empresas estrangeiras e com plantas compradas diretamente a viveiristas espanhóis", refere o CNCFS.

Na EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, foram inscritos para rega "7462 hectares de amendoal". A área total de amendoal no Alentejo ronda os "7750 hectares".

Avelã



A avelã é um fruto de reconhecida qualidade alimentar e cuja produção se encontra em expansão no contexto internacional. A Turquia é, presentemente, o maior produtor mundial. Em Portugal, cultivam-se menos de 400 hectares, que originam uma produção pouco superior às 300 toneladas. A produção, nota o CNCFS, está concentrada no Centro e Norte.

A produtividade é baixa e tem-se mantido estável nos últimos 10 anos, o que traduz o reduzido investimento do setor. A produção nacional não satisfaz as necessidades de consumo, sendo Portugal um importador líquido de avelã. O número de árvores vendidas nos últimos anos parece indicar a tendência de Norte e Centro de se manterem como regiões produtoras mais importantes, mas foram em número insuficiente para revelar qualquer entusiasmo com a cultura.

A avelã é comercializada ao produtor com casca, sendo depois descascada nas unidades de britagem. As principais utilizações do miolo (semente) após torrefação são na indústria da confeitaria, em chocolate, snacks, bolos e gelados.

Os subprodutos da avelã incluem; i) a cobertura verde do fruto, que é removida (muitas vezes juntamente com folhas da árvore) mecanicamente logo após colheita, ii) a casca dura da avelã (que remanesce após fracionamento para libertação da semente) e iii) o tegumento (ou casca interior), que normalmente é produzido no processo de torrefação. Entre estes subprodutos, nenhum tem um aproveitamento industrial assinalável, excetuando talvez a casca dura da avelã, que tem alguma aplicação para produção de calor por combustão.

No entanto, todos estes materiais vegetais apresentam elevadas quantidades de compostos fenólicos, com especial destaque para o ácido gálico, ácido ferúlico e ácido sinápico (que atingem valores máximos na casca dura), ácido cafeico (cujos teores mais elevados são encontrados nas folhas de avela eira) e ácido p-cumárico (com concentrações mais elevadas na casca verde da avelã). Os seus extratos hidroalcoólicos demonstraram ainda elevada atividade antioxidante, tanto em meio hidrofílico como lipofílico.

Castanha



O setor do castanheiro encontra-se "numa situação de grande ambiguidade", refere o CNCFS. Se, por um lado, os produtores têm sentido um forte estímulo a apostar na cultura, devido aos preços favoráveis que a castanha vem mantendo, por outro, tende a surgir algum desânimo pelas doenças e pragas que enfermam a cultura. De qualquer forma, a castanha continua a ser a principal fonte de receita dos agricultores de diversas freguesias do Norte e Centro do país.

As estatísticas recentes mostram um ligeiro acréscimo da área cultivada no território nacional. Embora com oscilações, parece haver também uma tendência para acréscimo de produtividade e, consequentemente, da produção total nacional.

Atualmente, a maior parte dos produtores dedica bastante atenção aos seus souts, implementando uma técnica cultural mais cuidada, apesar das dificuldades em controlar as principais doenças e pragas. Estas produtividades aparentemente baixas (< 800 kg ha⁻¹; em 1980 atingiam 1400 kg ha⁻¹), podem dever-se ao facto de haver áreas significativas de pomares jovens que ainda não se encontram em plena produção e ao reduzido número de árvores por hectare devido à morte continuada de árvores.

Tradicionalmente, a castanha é consumida pelo miolo, embora, quando dada aos animais, estes consumam também a casca externa (pericarpo) e a película interna (tegumento).

Atualmente, a elevada valorização da castanha e a redução do número de animais nas explorações, em particular suínos, fazem com que a castanha (miolo) seja usada exclusivamente na alimentação humana. Contudo, nesta espécie, também casca externa, película interna, ouriços, flor masculina (amentilhos), folhas e lenha de poda têm potencial de utilização diverso.

As principais formas de comercialização da castanha são em fresco ou descascada e congelada. Em Portugal a quantidade de castanha processada (descascada), posteriormente congelada ou que sofre segunda transformação, representa cerca de 50% da produção total, ou seja, cerca de 15 mil toneladas.

concentrados, e, como utilizadores, a indústria alimentar, cosmética e farmacêutica”, entre outras.

É, aliás, com estes destinatários que, com a plataforma Valor+, “pretendem viabilizar uma bolsa de encontro entre produtores de subprodutos e utilizadores dos mesmos e facilitando a incorporação das novas tecnologias desenvolvidas”, realça Albino Bento.

A “Vida Económica” questionou Albino Bento se considera que, em termos de políticas públicas (no âmbito do PDR 2020, por exemplo), há apoios suficientes à cultura dos frutos secos em Portugal. O docente do IPB diz que “certamente que algumas entidades e os atores da fileira se queixam da falta de apoios, sendo natural e, de alguma forma, salutar esta insatisfação”.

Para o setor da produção e transformação, “os apoios que existem são iguais aos da restante atividade agrícola”,



la”, mas Albino Bento lança um repto: “Era interessante, sobretudo para os pequenos investidores, um regime de apoio ao investimento mais facilitado, a exemplo do que é usado no programa VITIS”.

Quanto às atividades de ciência e tecnologia, “desde que foi criado o Centro Nacional de Competências dos Frutos Secos (CNCFS) que o número de projetos de investigação tem crescido de forma acentuada”, avança o docente do IPB. Fala sobretudo de “projetos que têm envolvido todos os atores da fileira, nomeadamente as associações de produtores, as cooperativas, as empresas, as instituições de I&D”, entre outras.

Albino Bento está otimista: “Nunca se desenvolveram tantas atividades de I&D como atualmente, nunca estiveram envolvidas tantas entidades da fileira, e isso deve-se, em parte, à dinamização criada pelo CNCFS”.

Noz



A nogueira é cultivada um pouco por todo o país, maioritariamente como árvores dispersas ou em pequenos pomares e raramente em pomares de grande dimensão. Em todo o caso, a produção nacional não satisfaz as necessidades de consumo, sendo Portugal um importador líquido de noz, em montantes que ultrapassam 2700 toneladas. A área cultivada tem vindo, contudo, a aumentar, situando-se presentemente acima de 3000 hectares. A produtividade e, por consequência, a produção total nacional não têm sofrido aumentos significativos, o que pode refletir o reduzido investimento na cultura, refere o CNCFS.

Apesar de as áreas cultivadas serem mais elevadas no Norte, o Alentejo apresenta uma contribuição maior para a produção nacional de noz, devido às maiores produtividades. De notar também que a produção no Alentejo aumentou nos últimos três anos em resposta ao aumento da área cultivada.

Para além do miolo, comestível, o setor da noz gera outros recursos que podem ser valorizados, designadamente a casca verde (mesocarpo), a casca rija (parte externa do endocarpo), a lenha de poda e as folhas.

A casca verde pode representar aproximadamente 10% da noz com casca, em massa seca. Admitindo uma produção média de 4000 toneladas de noz com casca e a recuperação integral da casca verde, seria um recurso que poderia ultrapassar as 400 toneladas. Contudo, grande parte deste material fica no local de colheita ou disperso nos produtores, o que reduz a sua importância como subproduto. No local é valorizado como material orgânico com valor fertilizante.

A casca rija pode representar 50 a 55% da massa da noz com casca nas variedades tradicionais e 38 a 40% nas variedades modernas. Admitindo que em Portugal se brita em indústria 20% da noz consumida e que a produção nacional mais a importação se aproxima das 5000 toneladas (4000 toneladas de produção nacional mais 1000 toneladas de noz com casca importada resultante do balanço importações/exportações), poderá ser gerada casca rija como subproduto num montante próximo de 400 toneladas por ano.

Alfarroba



A alfarrobeira é uma espécie que se encontra dispersa pelo território continental, mas que só atinge expressão económica relevante no Algarve, embora o seu cultivo em menor escala se registre também no Alentejo. A área cultivada tem permanecido estável em torno nos 14 mil hectares, refere o CNCFS.

A produtividade e a produção total têm oscilado, em função das condições ambientais, mas não revelam uma tendência clara de acréscimo ou decréscimo. Apesar da importância da alfarroba no Algarve, o número de árvores vendidas reduziu-se de forma evidente nos últimos três anos, embora tenha aumentado na região Centro.

A produção de alfarroba está fortemente concentrada na região do Algarve. Nos últimos anos a produção nacional tem estado próxima de 40 mil toneladas. O fruto apresenta-se como uma vagem castanha, de superfície enrugada, adquirindo uma textura semelhante à do couro quando maduro. A vagem pode ser dividida em polpa e sementes, sendo que a polpa se subdivide numa camada mais externa e elástica, o pericarpo, e uma camada mais interna, o mesocarpo. As sementes são bastante duras e oblongas, apresentando-se mais ou menos achatadas.

Na alfarroba, a parte explorada comercialmente é a vagem indeiscente. Após processamento, obtêm-se a polpa (com diferentes graus de trituração) e a semente que são utilizadas na alimentação animal (rações) e humana (açúcar, xarope, chocolate, álcool, produtos dietéticos e farmacêuticos). Da pelagem da semente da alfarroba resulta a epiderme ou tegumento, que pode ser vista como um subproduto do processamento da alfarroba. A semente representa 10% da massa total da vagem e a epiderme representa 30 a 33% da massa da semente. Poderão ser geradas 1200 toneladas deste subproduto.

A alfarroba é constituída maioritariamente por açúcares (48 a 56%, incluindo sacarose, glucose e frutose), fibras (que na vagem podem representar 30 a 40% do peso e incluem principalmente celulose, hemicelulose e lenhina), goma (a semente pode ter até 85% de galactomananas), aminoácidos e minerais (principalmente potássio e cálcio).

Pistácio



Portugal não é ainda um país produtor de pistácio, embora o território se encontre pontilhado por algumas tentativas de instalar a cultura, frisa o CNCFS. A ideia de cultivar a pistaceira chegou de Espanha, onde a cultura se tem expandido nos últimos anos. Em dez anos, entre 2008 e 2017, a área cultivada em Espanha passou de 1254 hectares para 14 974 hectares. O desenvolvimento da cultura em Espanha permitiu estabelecer as regiões com maior potencial ecológico para produzir a cultura no país vizinho.

Com base na informação que chega de Espanha, pode admitir-se que algumas regiões interiores mais continentais, que satisfaçam as exigências em frio, mas com baixo risco de geada primaveril e com humidade atmosférica baixa no período de primavera/verão possam ser favoráveis ao cultivo da pistaceira também no território nacional. É de salientar que Portugal importa pistácio num valor próximo das 370 toneladas, sendo também a Europa uma importante região importadora à escala global.

O pistácio pode ser comercializado como snack para consumo doméstico ou em bares, correspondendo neste caso ao endocarpo completo: a semente (miolo) e a casca lenhificada que a envolve e que apresenta uma sutura longitudinal para facilitar a saída do miolo. Na indústria dos gelados, por exemplo, usa-se apenas o miolo. O epicarpo e o mesocarpo devem ser retirados pouco tempo depois da colheita, sob pena de reduzir a qualidade comercial do pistácio. Estes materiais podem ter valor comercial, designadamente no curtimento de peles devido à sua riqueza em taninos.

O principal subproduto do pistácio é a casca verde e macia que envolve o fruto (35 a 45% da massa total), já que a casca lenhificada interna é normalmente mantida até ao consumidor final. Poderia ser utilizada como uma fonte económica de compostos bioativos, além de proteínas, minerais e vitaminas. A casca verde (exocarpo e mesocarpo) contém quantidades significativas de compostos fenólicos, especificamente ácido gálico, galotaninos como galoil-glucose, flavonóis e ácido anacárdicos.

Nestlé lança nova gama de suplementos alimentares infantis

A Nestlé acaba de lançar, através da NANCARE, uma nova gama de suplementos alimentares, desenvolvidos a pensar nos bebés e crianças. Incorporam ingredientes considerados "inovadores", como os HMO - oligossacáridos de estrutura idêntica aos encontrados no leite humano -, já presentes nas fórmulas infantis da Nestlé. São produzidos em Itália.

Em entrevista à "Vida Económica", Ludovic Aujogue, diretor de Nutrição Infantil da Nestlé Portugal, explica: "Esta gama oferece soluções que ajudam os pais nalguns dos desconfortos mais comuns no dia a dia dos bebés, como obstipação ou diarreia associada a tratamento de antibiótico, sistema imunitário e suplementação em vitamina D, E e DHA".

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica - Esta gama de suplementos alimentares para crianças é nova?

Ludovic Aujogue - Sim, trata-se de uma nova gama de suplementos alimentares, que foi lançada há cerca de um mês em Portugal, sob a marca Nestlé NANCARE.

VE - Que inovação acrescenta face aos produtos já disponíveis no mercado?

LA - Se olharmos para o mercado de suplementos alimentares de uma forma geral, vemos um grande número de soluções já existentes. A NANCARE vai além das soluções nutricionais já existentes e estende-se à necessidade que o mercado tem de uma marca que garanta inovação baseada em ciência aliada a elevados padrões de qualidade e segurança, experiência e produtos especialmente desenvolvidos para bebés. Como todos os produtos NAN, NANCARE também foi desenvolvido com base em evidência científica recente e apenas contém ingredientes clinicamente comprovados. Um dos exemplos é a incorporação de inovação única no mercado, como a presença de HMOs.

VE - Quais são as propriedades dos HMOs?

LA - Os HMOs (oligosacáridos de estrutura idêntica aos encontrados no leite humano) são um exemplo de inovação exclusiva dos

suplementos Nestlé NANCARE, e que pretende disponibilizar ao consumidor todos os benefícios comprovados por evidência científica recente. Num mercado complexo como é o de suplementos alimentares, produtos que são de venda livre e passíveis de serem recomendados e comprados por qualquer pessoa, este mercado carecia de uma marca de referência, ainda para mais quando falamos em suplementos alimentares infantis.

Se a segurança e qualidade são elementos importantes nos suplementos em geral, muito mais o são quando falamos em bebés e crianças. Aqui, a Nestlé tem uma palavra a dizer, com mais de 150 anos de experiência em nutrição infantil. Incute elevados padrões de qualidade e segurança em todos os processos, desde a investigação à produção, em prol desta faixa etária com necessidades muito específicas. Consideramos a ciência mais recente, usamos ingredientes e nutrientes de máxima qualidade, garantimos máxima segurança na produção e desenvolvemos produtos especificamente desenhados para bebés e crianças. Este é o nosso compromisso.

VE - Onde são fabricados estes suplementos? Na fábrica de Avanca da Nestlé?

LA - Estes suplementos são produzidos em Itália. Em Avanca, a Nestlé possui um 'know-how' específico em cereais, incluindo cereais infantis, agora expandindo-se em lanches orgânicos e saudáveis, que também mostram um excelente 'feedback' do consumidor. Duas "expertises" diferentes em benefício da saúde dos bebés.

VE - Além de Portugal, em que outros países são comercializados?

LA - Portugal é um dos primeiros impulsionadores, juntamente com Espanha e Itália. Mais países virão em breve.

VE - Quanto representa o negócio dos suplementos alimentares na faturação da Nestlé em Portugal?

LA - Está apenas a iniciar-se agora e decidimos comunicar já para aumentar o conhecimento sobre o alcance dos seus benefícios. Queremos ir rápido, pois acreditamos que, nos tempos turbulentos que estamos a viver desde março, esta gama de produtos assume uma ainda maior relevância no cuidar de todos os bebés.



Ludovic Aujogue, diretor da área de negócio de Nutrição Infantil da Nestlé Portugal.

Pedido Único de Ajudas 2020 recebeu 182 525 candidaturas



TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Terminou a 10 de julho o período de formalização do Pedido Único (PU) de Ajudas 2020. Também ele foi afetado pelo período de quarentena e estado de emergência decretado no país devido à pandemia COVID-19, que teve início em meados de março, em pleno período de candidaturas.

O período de formalização do PU 2020 decorreu entre 1 de fevereiro e 15 de junho, mas, dadas as condições sanitárias, foi concedido um período suplementar, com penalização, terminando o prazo em 10 de julho.

Apesar dos constrangimentos, o IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, a entidade que procede ao pagamento dos pedidos de pagamento apurados, revelou que foram submetidas 182 525 candidaturas, um número que considera "alinhado com os anos anteriores". Verificou-se "um decréscimo residual de 0,36% (-667 candidaturas) comparando com as 183 192 candidaturas submetidas em 2019", diz o Instituto.

O IFAP revela ainda que, embora todos os formulários submetidos sejam desmaterializados, "o número dos que são submetidos com assinatura presencial (27,6% em 2020) continua a diminuir de uma forma sustentada (42,5% em 2019)". Destes, o Instituto realça "o grande acréscimo de candidaturas submetidas pelo próprio beneficiário, que aumentou de 4441 candidaturas em 2019 para 6421 candidaturas em 2020". No PU 2020, verificou-se também "um acréscimo de cerca de 25% no número de candidaturas submetidas eletronicamente" e de, "aproximadamente, 45% das candidaturas realizadas por beneficiários, em comparação com o PU 2019".

No que respeita às principais ajudas objeto de candidatura no continente, "mantiveram-se as tendências dos anos anteriores no que respeita às principais medidas", nota o IFAP. Deu-se um "aumento de 1,8% nas candidaturas ao RPB [Regime de Pagamento Base] e uma redução de 7,7% nas candidaturas ao RPA [Regime da Pequena Agricultura]".

Já no pagamento para os jovens agricultores verificou-se "um aumento de 3,5%" e na medida 'Manutenção da Atividade Agrícola' deu-se "um aumento de 0,6% de candidaturas".

O IFAP faz também notar "a redução de 9,5% nas candidaturas ao 'Prémio por Vaca Leiteira' e a redução de 11,4% nas candidaturas ao 'Pagamento específico por superfície ao Tomate', a que corresponde uma redução de 4% na área candidata".

Novo 'WebService' sobre o efetivo Ovino/Caprino e/ou Bovino

Note-se que, devido aos constrangimentos provocados pela pandemia da Covid-19, foram tomadas diversas medidas de mitigação do seu impacto na formalização das candidaturas. Entre elas, a prorrogação do prazo de submissão das candidaturas em 1,5 meses, a dispensa do atendimento presencial na criação da primeira versão da Identificação do Beneficiário (IB) ou a possibilidade de submissão de formulários e candidaturas utilizando a Chave Móvel Digital (CMD) ou o Cartão de Cidadão (CC), com assinatura digital ativada, quando anteriormente apenas era permitido através de nome de utilizador e palavra-chave do portal IFAP.

Entretanto, o IFAP acaba de lançar um novo 'WebService', através do qual os utilizadores credenciados podem obter informação sobre o efetivo ovino/caprino e/ou bovino da sua exploração.

O novo serviço disponibilizado tem dois métodos. Por um lado, devolve os dados de um animal segundo a identificação fornecida, sendo que esta identificação pode ser a marca auricular ou identificação eletrónica. Por outro, devolve, para uma determinada Marca de Exploração/NIF, uma lista de todos os animais de determinada espécie, bem como os dados de cada animal. Os parâmetros de entrada deste método são o número de identificação fiscal (NIF) do detetor, a marca de exploração e a espécie pecuária (ovinos/caprinos ou bovinos).

INDUSTRIAS DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS ESCREVEM AOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA ENERGIA

Indústria de alimentos para animais queixa-se da falta de matérias-primas

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Os industriais de alimentos compostos para animais representados pela IACA – Associação Portuguesa dos Alimentos Compostos para Animais estão preocupados com “os baixos preços na produção, previsões relativamente pessimistas no curto prazo e [com as] consequentes quebras na procura de alimentos compostos para animais”. Uma situação que se “arrasta, naturalmente, aos aditivos e pré-misturas”.

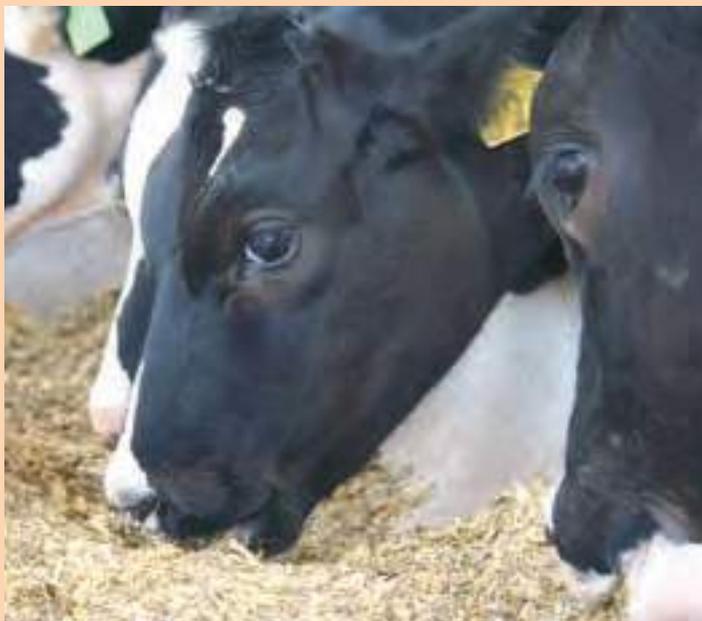
Problemas em “algumas matérias-primas”, de “escassez” ou de “rateios”, têm “obrigado as empresas a alterações constantes nas formulações” das rações produzidas, o que gera “custos acrescidos” para a indústria e cria “ainda maiores constrangimentos”, o que também “se reflete, naturalmente, nos preços dos alimentos compostos para animais”.

Ao nível do milho, diz a IACA, “não existe qualquer problema de aprovisionamento”, estando o mercado “abastecido”. Mas na colza, por exemplo, “as extratoras continuam paradas, mantendo-se o reduzido consumo de biodiesel e os elevados stocks de óleos”, situação que “não permite que as empresas possam laborar sementes de colza”. Em todo caso, “fomos informados de que os fornecedores estão a diligenciar no sentido de serem cumpridos os contratos”, refere a Associação.

Face a estes factos, que “não tranquilizam” os industriais do setor nem a Associação que os representa, decidiram enviar ao secretário de Estado Adjunto e da Energia, João Galamba, com conhecimento ao secretário de Estado da Agricultura, Nuno Russo, “uma nova comunicação” a expor o problema.

A mesma mensagem foi igualmente remetida às associações pecuárias, à ACICO - Associação Nacional de Armazenistas Comerciantes e Importadores de Cereais e Oleaginosas e à APPB - Associação Portuguesa de Produtores de Biocombustíveis.

Nessa comunicação, alertam para as



“dificuldades de aprovisionamento de bagaços de colza, uma vez que as extratoras continuam paradas, não tendo sido possível o abastecimento do setor a partir da produção nacional”. Por outro lado, e devido a essa “instabilidade e imprevisibilidade”, as empresas têm de “alterar constantemente as suas fórmulas tendo em vista assegurar a adequada nutrição dos animais, com custos acrescidos, o que se reflete naturalmente nos preços dos alimentos compostos para animais”.

Nessa mensagem, a IACA alerta que, “num contexto de grandes dificuldades ao nível da pecuária nacional, com baixos preços na produção, a manutenção desta situação poderá provocar encerramentos de empresas da alimentação animal e de explorações pecuárias”. E, se tal suceder, “põe em causa a competitividade e sustentabilidade de toda a fileira”.

Exigem, assim, que os governantes te-

nam “em conta” as propostas que têm vindo a apresentar e os informe “do ponto de situação relativamente à revisão do Decreto-Lei nº 117/2010, de 25 de outubro [regime que estabelece os critérios de sustentabilidade para a produção e utilização de biocombustíveis e biolíquidos e define os limites de incorporação obrigatória de biocombustíveis para os anos 2011 a 2020]. Isto, “tendo em vista a incorporação mínima de 6,75%, pela urgência da sua implementação, com o fim do despacho que vigorou durante o Estado de emergência”.

FeedInov ou como “A inovação e a investigação serão fundamentais”

Num artigo de opinião publicado a 21 de julho no último número da revista da IACA, o presidente da estrutura, José Romão Braz, fala dos impactos sanitários e económicos globais “catastróficos”

resultantes desta pandemia. Impactos esses, diz, “com uma dimensão ainda por apurar”, questionando-se sobre as “lições que podemos e devemos retirar” da crise económica gerada pelo novo coronavírus.

José Romão Braz deixa uma palavra de “reconhecimento” ao setor dos alimentos compostos para animais por se ter revelado “essencial” no desenvolvimento da atividade, ainda que “sob rigorosos planos de contingência, mesmo durante o estado de emergência”. Tal facto, sublinha, “demonstrou a capacidade das empresas do setor em manter o regular abastecimento aos seus clientes e estes a jusante, sem que o consumidor tivesse sentido qualquer tipo de limitação no acesso aos produtos de origem animal”.

Avisa, no entanto, que “as questões ligadas à sustentabilidade e ao ambiente continuam na ordem do dia” e que, “muito provavelmente, considerando o horizonte 2030 e a estratégia “Farm to Fork”, bem como o plano de recuperação da Comissão Europeia “Next Generation EU”, sofrerão “uma pressão adicional para implementação e tomada de medidas concretas pelos vários intervenientes no setor alimentar”.

Considera, pois, importante “reforçar a concretização” da visão 2030 da FEFAC (Federação Europeia dos Fabricantes de Alimentos) partilhada pela IACA e que assenta em “três pilares”: Segurança Alimentar, Nutrição Animal e Sustentabilidade. “Só dessa forma conseguiremos responder aos desafios que temos pela frente”, alerta o presidente da IACA.

Mas há outros desafios “fundamentais”: “a inovação e a investigação”. Para o presidente da IACA, eles “serão fundamentais para a realização da visão 2030” e para o sucesso do FeedInov – Associação para a Investigação e Inovação em Nutrição Animal, o Laboratório Colaborativo criado por várias organizações e parceiros (empresas, universidades e investigação), entre as quais a IACA, com sede no núcleo de Santarém do INIAV – Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária.

Fileira da carne de bovino quer redução dos custos fixos de energia

Várias entidades representativas de todos os elos da fileira da produção pecuária nacional pretendem “chamar a atenção para a importância da produção pecuária”, em particular dos ruminantes, no fornecimento de “um alimento seguro, saudável, sustentável e acessível para a população portuguesa”. Essa importância, dizem, torna-se “ainda mais relevante nestes tempos de pandemia da Covid-19”.

A “relevância” da atividade que desenvolvem leva-os, assim, a defender “a redução dos custos fixos de energia (eletricidade e gás) nas explorações agrícolas, nas agroindústrias e indústrias alimentares”, uma vez que, dizem, têm “custos fixos demasiado elevados quando comparados com os nossos principais concorrentes”. Defendem, pois, uma “revisão em baixa dos preços da eletricidade e do gás”, conside-

rando que “este é, obviamente, o momento certo para o fazer”.

Desta rede de parceiros fazem parte a ACCLLO - Associação dos Comerciantes de Carnes do Concelho de Lisboa e Outros, a AMECAP - Associação de Matadouros e Empresas de Carnes de Portugal, a ANEB - Associação Nacional dos Engordadores de Bovinos, a APED - Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição, a APIC - Associação Portuguesa dos Industriais

de Carnes, a FENAPECUÁRIA – Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produtores Pecuários, a FEPABO - Federação Portuguesa de Associações de Bovinicultores, a FERA – Federação Nacional das Associações de Raças Autóctones e a TECMEAT – Centro de Competências do Setor Agroalimentar para o Setor das Carnes.

Estas associações defendem ainda que “a relação entre a fileira agroalimentar e o Esta-

do deve também ser alterada”. Nesse sentido, propõem uma “alteração do Código dos Contratos Públicos, de forma a fomentar a aquisição de bens agroalimentares nacionais para/pelos refeitórios públicos”. Essa, dizem, é uma medida que “vai de encontro às tendências europeias de economia circular e mercados de proximidade mais sustentáveis ambientalmente e equilibrados em termos económicos”.

